

QUANDO CORPO-TERRITÓRIO RESISTE: VIOLAÇÕES DE DIREITOS NA VIDA DE UMA MULHER INDÍGENA MEHĩ (KRAHÔ)

WHEN THE BODY-TERRITORY RESISTS: VIOLATIONS OF RIGHTS IN THE LIFE OF AN INDIGENOUS WOMAN MEHĩ (KRAHÔ)

Verônica Aldé | Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFG.

Orcid: [0000-0001-7679-188X](https://orcid.org/0000-0001-7679-188X)

E-mail: veronica.alde@gmail.com

Welitânia de Oliveira Rocha | Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UnB.

Orcid: [0000-0002-0185-517X](https://orcid.org/0000-0002-0185-517X)

E-mail: oliveirawelitania@gmail.com

Sílvia Guimarães | Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Doutora em Antropologia Social e professora do Departamento de Antropologia (DAN) da UnB, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) e no Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (Mespt). Coordenadora do Laboratório Matula - sociabilidades, diferenças e desigualdades.

Orcid: [0000-0002-2097-2355](https://orcid.org/0000-0002-2097-2355)

E-mail: silviag@unb.br

Resumo

Este artigo é uma homenagem à grande mulher indígena, Creuza *Prumkwyj* Krahô, que nos reuniu e ensinou sobre ativismo, política e rede de alianças. Trazemos a biografia dessa liderança, pautada por ações de mobilização na busca por direitos indígenas, especialmente, na saúde indígena, diante do aumento expressivo de mortes entre as mulheres Krahô (*Mehĩ*)¹. Este artigo apresenta uma experiência inovadora de abordagem de imersão histórica e cosmológica na vida e obra de uma liderança

¹ *Mehĩ* é a autodenominação usada pelo povo Krahô que significa gente com o mesmo corpo.

indígena feminina Krahô, por meio de um investimento metodológico pautado em análises de fatos e momentos que marcam a trajetória dessa liderança a partir de seus relatos, da produção de documentos escritos, além da nossa própria convivência direta com ela em contextos variados. O texto apresenta formas de compreender a história, o conhecimento indígena, sua produção e reprodução a partir de relatos biográficos e diálogos interculturais que conectaram vidas, pessoas e coletivos.

Palavras-chave: biografia, Krahô, mulheres indígenas, saúde, metodologias insurgentes.

Abstract

This article is a tribute to a great indigenous Krahô woman, Creuza Prumkwyj Krahô, who brought us together and taught us about political activism and alliance networks. It brings the biography of this leader, guides by mobilization actions in the search for indigenous rights, especially at indigenous health, in the face of the significant increase in deaths of Krahô women. This article presents an innovative experience of a historical and cosmological immersion approach in the life and work of an indigenous female leader Krahô, through a methodological investment based on analyzes that mark the trajectory of this leader, based on her reports, our experience with this leader and documents written and produced by her. It presents ways of understanding history, indigenous knowledge and its production and reproduction based on a biographical account and intercultural dialogues that connects personal and collective lives.

Keywords: biography, Krahô, indigenous women, health, insurgent methodologies.

Introdução

Este texto é uma homenagem à grandiosidade de uma mulher indígena *Mäkrarè*², Creuza *Prumkwyj* Krahô³, que nos acolheu em sua vida e na vida de seu povo, nos inseriu em sua rede de cuidado e nos ensinou sobre ativismo indígena. As autoras deste artigo conviveram com Creuza *Prumkwyj* em momentos diversos, que se entrecruzaram. Acompanhamos o caminhar dessa mulher que se fez uma grande liderança, reatualizando o mundo *Mehĩ*, criando configurações e arranjos organizacionais alternativos e apresentando seu mundo de forma inovadora em sua dissertação de mestrado (KRAHÔ, 2017b), onde apresenta as histórias das primeiras mulheres-cabaças, causando espanto aos estudiosos do mundo Timbira.

*Prum*⁴ nos reuniu em uma Rede de Mulheres Indígenas e Não-Indígenas, buscando soluções e caminhos para conter as violações que vivenciam os indígenas com relação aos serviços de saúde que os atendem. Nos últimos anos, a sensação e experiência da morte têm se aproximado de forma intensa para os *Mehĩ*, uma vez que mortes prematuras entre mulheres *Mehĩ*, por causas evitáveis, passou a atingir várias famílias. A perda dessas mulheres que ainda deveriam viver suas vidas, criar seus filhos, e seguir criando seus netos, repassando os conhecimentos sobre o bom modo de viver, fez com que nos encontrássemos nessa Rede de apoio e nos envolvêssemos em ações e reivindicações junto à Secretaria Especial de Saúde Indígena e o Ministério Público.

Prum tem vivido um adoecimento com a diabetes⁵ que se acirra a cada ano. O mesmo adoecimento que tem levado à morte mulheres *Mehĩ*. Para cuidar da saúde de *Prum*, a

² *Mäkrarè* é a forma como o povo da *Prum* se autodenomina, nas políticas indigenistas eles são definidos como Krahô.

³ As palavras na língua Krahô estão em itálico.

⁴ *Prum* é abreviação do nome *Prumkwyj*, e como nos referimos a essa liderança.

⁵ Diabetes Mellitus é uma síndrome metabólica de origem múltipla, decorrente da falta de insulina e/ou da incapacidade de a insulina exercer adequadamente seus efeitos. A insulina é produzida pelo pâncreas e é responsável pela manutenção do metabolismo da glicose e a falta desse hormônio provoca déficit na metabolização da glicose e, conseqüentemente, diabetes. Caracteriza-se por altas taxas de açúcar no sangue (hiperglicemia) de forma permanente.

solução encontrada foi investir em tratamentos paralelos aos serviços voltados para os povos indígenas da sua região - mais exatamente a rede do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (Sasi), vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS). *Prum* iniciou seu tratamento no próprio SUS e seguiu em serviços particulares, diante da inação do Sasi, e tem apresentado um agravamento de adoecimentos provocado pela diabetes que vem causando problemas nos olhos, joelhos e fortes dores nos pés. Através da rede de apoio ela conseguiu iniciar um acompanhamento de sua diabetes no estado de Goiás, distante de seu local de trabalho, o que tem criado um outro problema, pois, as ausências do trabalho, justificadas por motivos de saúde, passaram a não ser mais aceitas e *Prum* começou a ser ameaçada de perder o emprego. Quando fundou a aldeia Sol em 2018, por ser servidora pública concursada, *Prum* foi alocada na escola estadual Addá de Assis Teixeira em Goiatins, município do estado do Tocantins, localizado a 39 km da sua aldeia. Vivendo no mundo dos *Cupê* (não-indígena), com suas exigências e pressões, sua condição de saúde só piorava. Morar na cidade não facilitou o acesso a medicamentos, nem a um tratamento adequado para o seu quadro. Como professora e liderança comunitária, ela insistia no pedido da abertura de uma escola na aldeia, para atender crianças, jovens e adultos, pois assim poderia não só garantir, por um lado, os cuidados para consigo mesma, mas também compartilhar orientações sobre os anos de reflexão e formação no mundo dos *Cupê* com as novas gerações, por meio da docência na escola indígena. *Prum*, então, iniciou uma saga que lhe tomava semanas nos serviços de saúde em Goiânia (GO) para tratar de seu adoecimento. Ao mesmo tempo, lutava contra as ameaças de desligamento do emprego estatal e brigava pelo direito de sua comunidade ter a própria escola dentro do território.

Este artigo pretende sistematizar os relatos de *Prum* sobre as violações que ela e as mulheres *Mehĩ* têm vivido, trazendo os documentos que têm sido produzidos pelas mulheres *Mehĩ* para a Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) e Ministério Público Federal (MPF), além dos laudos médicos que indicam o seu adoecimento. Nossa proposta aqui é



sistematizar essas informações e analisar o contexto de violações, observando o que diz a legislação. Para tanto, inicialmente, iremos trazer uma pequena biografia de *Prum*, indicando a importância dessa mulher para o povo *Mehĩ* e para a política indígena de saúde, pois ela tem sinalizado caminhos de aprimoramento dessa política. Em seguida, iremos nos debruçar sobre os dados e adoecimentos das mulheres *Mehĩ*, inclusive da *Prum*.

Fazendo-se mulher *Mehĩ*

Creuza *Prumkwyj* é *Mãkraré* (um dos povos Krahô). Nasceu em 1971 na aldeia Galheiro, à sombra de um grande Pé de Jatobá (*Tehcré*). O Sol forte do meio-dia se fazia mais intenso e, naquele momento, em suas próprias palavras: “Nascia mais uma mulher indígena sofredora nesse mundo” (KRAHÔ, 2017a e 2017b). A partir dali sua família a envolveria em uma série de resguardos e pedagogias que a impulsionariam a uma vida saudável e plena no seio da comunidade. Todo esse preparo ajudou a forjar uma mulher corajosa e ousada que transita sem se intimidar entre mundos, sempre questionando-os, interpretando-os e explicando-os. Enfim, sempre brigando pela vida.

Prumkwyj carrega em si seis nomes: na frente vem o nome próprio em português, que é Creuza, depois seguem os quatro nomes em *Mehĩ* dados por sua *Tyj*⁶, que são *Prumkwyj*, *Pyaka*, *Krãkwar* e *Xahprē*. E por último vem o nome da etnia, Krahô. Seu nome completo, então, é: Creuza *Prumkwyj Pyaka Krãkwar Xahprē* Krahô, como ela nos explicou, em 2022:

Meu partido é definido pelo nome da minha *Tyj*; quando ela me dá esse nome *Prumkwyj* que eu nasci, é o primeiro, vai vir na frente, meu nome é: *Prumkwyj Pyaka Krãkwar Xahprē*. Então esse nome meu, *Prumkwyj*, ele tem essa família todinha, são nomes do mesmo lado, da mesma pessoa.

Os nomes na língua indígena determinam os grupos aos quais a pessoa está ligada e as funções socioculturais que lhe caberão. Por conseguinte, os nomes definem as metades

⁶ *Tyj* é a irmã do meu pai, tia paterna, que dá o nome.



rituais às quais a pessoa está vinculada e conseqüentemente uma série de regras, obrigações e papéis rituais que deverá desempenhar ao longo da vida. A família de nomes *Mehĩ* que *Prum* recebeu de sua *Tyj* ao nascer faz parte da metade *Wacmeje*. Cada nome desses traz qualidades e características do próprio ser ou do fenômeno daquele nome herdado. Por exemplo, *Prumkwyj* é uma formiguinha minúscula bem ligeira e agitada; *Pyaka* significa urucum branco; *Krãkwar* são dois nomes: *krã* quer dizer “pedaço” e *kwar* significa “buraco”; *Xahprẽ*, também, são dois nomes: *xà* é “lugar” e *prẽ* é “bravo”, “lugar bravo”. Com esses nomes e suas qualidades, *Prum* vem caminhando pelos mundos.

Repassar os próprios nomes para as gerações seguintes é considerado um bem para quem os recebe, e um alívio do dever cumprido para quem os doa. É imprescindível que os nomes ancestrais sigam em movimento e circulando na comunidade, pois estruturam uma série de relações internas entre pessoas, animais, plantas e demais seres. Afinal, eles coincidem, ou seja, os nomes pessoais Krahô são elementos, seres e fenômenos da própria natureza. A presença permanente dessa teia de nomes viva, girando sempre, ajuda a garantir o equilíbrio ecológico e cosmopolítico dos *Mehĩ*.

Se para os Krahô os nomes constituem estruturas basilares de sua cosmologia e sobrevivência, para o Estado brasileiro os nomes significam cadastros imprescindíveis para o funcionamento de sua burocracia e controles. Historicamente, nunca houve espaço para a pluralidade étnica existente no país e até bem pouco tempo, se exigia que os indígenas registrassem pelo menos um primeiro nome em português, antes dos nomes nativos. Alguns cartórios inclusive se recusavam a registrar os nomes indígenas, ou o faziam com aquela má vontade característica das violências epistêmicas perpetradas contra os povos ao longo de toda colonização e até hoje.

Na primeira infância, *Prumkwyj* viveu imersa na dinâmica cultural da sua aldeia, na época a aldeia Galheiro. O calendário de *Amjekins* (cerimônias ritualísticas) nas aldeias

Krahô é intenso e as crianças participam de todos os processos que envolvem a realização dessas festas-rituais onde os conhecimentos circulam didaticamente. Nos grandes *Amjekins* de iniciação, algumas crianças e jovens recebem papéis cerimoniais que nem sempre estão associados a questões onomásticas, como foi no caso da *Prum*. Quando ela tinha seis anos, foi escolhida para ser uma das duas “Rainhas do *Pencàhhac*”, um importante *Amjekin* de iniciação de crianças e jovens que dura muitos anos. Todas e todos que se formam no *Pencàhhac* levam em si, ao longo de toda a vida, essa honrada distinção e quando falecerem, o ritual de Fim-de-luto não será o *Amjekin Parcàhhac*, como é costume, mas o *Amjekin Pencàhhac*, rememorando o histórico daquela pessoa e seus vínculos coletivos no ciclo da vida comunitária, como nos explicou *Prum*, em 2019:

O *Pencàhhac* ele é cantado vivo com as crianças, e quando as pessoas que participaram morrerem vai cantar do mesmo jeito; já o *Parcàhhac* é de pessoa simples que não tem despesa, nem nada, é mais ou menos essa base. Essa Festa só inclui quem participou dela quando era criança, aí depois de doze anos que termina a festa, aí pronto, eles já viram você. Se uma pessoa daquelas morrer, eles já sabem que festa que vão fazer para ela; se uma pessoa que não participou morrer, vão fazer o *Parcàhhac* para ele, o normal, que tem pouca despesa.

Prum ao traduzir o termo *Parcàhhac*, tradicional ritual de Fim-de-luto, diz que *par* é “madeira” e *cahhac* é “não perfeita”, no sentido dessa madeira não se encontrar em seu estado original. Assim, ao usar *cahhac* para definir o *par*, indica que aquela madeira já está diferente porque “não tem mais raiz, não é mais árvore, não tem mais galhos, folhas, não é mais aquele pau que a pessoa vê ali plantada”. Desse modo, eles trazem, no próprio nome do *Amjekin Parcàhhac* o sentido de transformação que envolve a vida e a morte de pessoas e vegetais, nesse caso, o Buriti. O ciclo da vida está baseado nas interações com outros seres, como o Buriti, revelando a intrincada relação que os *Mehĩ* vivem com diversos seres, do início ao fim dos seus ciclos de vida.

Assim, no *Amjekin Parcàhhac*, a comunidade fará uma última homenagem ao morto, espiritualmente presente no *par* de Buriti. Ele receberá variadas manifestações de

consideração de seus parentes: choros, falas contando histórias vividas juntos, declarações de amor ou de mágoa serão expressas naquele momento, quando se rememora cantando a trajetória de vida partilhada. A partir dali sua família sairá do rígido resguardo que passou nos últimos meses, desde a morte daquele parente. O resguardo da família enlutada dura aproximadamente um ano e é finalizado nesse *Amjekin* quando poderão encerrar o luto e retornar à vida social da aldeia. Durante todo o resguardo, eles deixaram de participar de outros *Amjekins* e outros eventos sociais e passaram todo esse período sem cortar o cabelo, pintar o corpo e sem poder participar das alegrias da vida coletiva. Por tudo isso, o *Parcàhhac* (ou *Pencàhhac* em alguns casos) é uma cerimônia tão imprescindível para o povo Krahô.

No depoimento que segue, de 2019, *Prum* relata um pouco de sua vivência no *Pencàhhac*. Conta do resguardo e rememora pessoas importantes nessa etapa de sua vida. Também enfatiza como será seu último ritual, após sua morte. Cita Esther *Ihñcaprèc*, da aldeia Santa Cruz, sua parceira como “rainha” do *Pencàhhac*. Também traz referências de importantes anciãos, como o velho *Capran*, grande *padle*⁷ da aldeia Galheiro, considerado mestre dos mestres, e o respeitado *padle* Velho Baú, historiador, cantor e mestre da aldeia Galheiro.

Eu participei do *Pencàhhac*, eu era *Pencàhhac*. No dia que eu morrer, a cantiga que eles vão cantar pra mim é *Pencàhhac*. Eu participava do coral do *Pencàhhac*, eu cantava as músicas deles de coral que eu aprendi. Eles ficam assim em roda e depois eles vão indo assim de fila, mais é homem. Mulher é só dois, que era eu e a Esther, lá da Santa Cruz, que era do Galheiro também. Tem duas *cahae* (mulheres) que cantam no meio dos *homre* (homens), aí eles vão cantando e param na porta das casas, fazem um círculo. Daí eles cantam e tu tem que acompanhar até eles fechar a roda. Então do *Pencàhhac* eu fui, eu não podia cortar meu cabelo, não podia me pintar, pro dia que terminar meu cabelo tinha que estar grande, e sem o seio sair ainda. Na finalização do *Pencàhhac*, eles me pegaram não como *Honcrepoj* (cantora), me pegaram como rainha do *Amjekin*. Mas nem terminou porque os cantores que tinha morreu foi tudo, morreu e não terminou a festa minha. Não terminou porque o que era pra fazer mesmo, o velho *Capran* que tocava a música, que o Baú

⁷ São mestres rituais, anciãos que são os especialistas na realização dos rituais, incluindo todas as suas ações.



aprendeu foi com ele, mestre do Baú do Galheiro, era Mestre dos Mestres, toda a festa ele sabia cantar, ele já tava velhinho, aí ele foi e morreu e ninguém fez festa. Eu não cortei meu cabelo, fiquei um tempão com o cabelo grande, eu já estava acostumada. Aí quando foi num ritual do *Pergahac* eu cortei, quando eu cortei, cortei bem aqui.

Prum enfatiza a importância dos rituais ao longo do ciclo de vida da pessoa *Mehĩ* e como alguns desses estarão conectados, inicialmente, na inserção da criança na vida social e, ao final, na morte da pessoa. Os cantos específicos marcam esses ciclos ritualísticos, fazendo as devidas conexões entre os seres. Em sua dissertação de mestrado, *Prum* apresenta a preocupação com os processos vivenciados nos rituais, que envolvem os “resguardos” e os conhecimentos milenares de seu povo:

Ao longo da vida, a pessoa Krahô deve realizar muitos resguardos, entendidos aqui como práticas de cuidado com o seu corpo, a maneira correta de viver, de se alimentar, manter relações sexuais, planejar filhos, realizar suas atividades diárias que devem seguir regras para que a pessoa se fortaleça, ou seja, fortaleça seu corpo e não fique doente. Se a pessoa não faz o resguardo, ela não saberá mais quem ela é, não terá memória, pois para guardar os ensinamentos e o jeito certo de ser Krahô, a pessoa tem que viver, ouvir, praticar, falar, compartilhar. Esse conhecimento não está nos livros (KRAHÔ, 2017b, p. 1).

Essa preocupação em manter os “resguardos” vivos e ativos perpassa e justifica o tema da pesquisa de mestrado de *Prum*. Seguindo seu argumento, ela afirma:

Muitas mudanças aconteceram e, ainda, estão acontecendo na vida dos Krahô, o problema está quando essas mudanças acabam por anular o conhecimento Krahô e impõem outras formas de conhecer o mundo. Hoje, nas aldeias Krahô, há escolas e há escrita na língua Krahô, que estão auxiliando e criando uma nova maneira de fazer o registro desse conhecimento Krahô. Nesse movimento, as crianças e jovens estão conhecendo o mundo dos não-indígenas. Os Krahô acreditam que a escola deve caminhar ao lado da maneira Krahô de repassar conhecimento. Mas, deve-se ter cuidado para que o tempo-espço da escola não entre em conflito com o modo de ser e viver Krahô. Percebe-se que, atualmente, a maneira como a escola funciona e sua dinâmica de ensino estão retirando os jovens desse espaço-tempo Krahô. A escola tem uma lógica não-indígena que foi imposta e isso está sendo problematizado pelos professores indígenas (KRAHÔ, 2017b, p. 7).

Como professora indígena, *Prum* se preocupa com essa difícil negociação com as secretarias de educação para que efetivem de fato a interculturalidade no ensino nas

escolas indígenas. *Prum* relata com muito orgulho sua formação na cultura *Mehĩ* e o quanto se sentia feliz com toda a liberdade daquele tempo. Cresceu com os pés no chão e o corpo vestido de pinturas e linhas de tucum, participou de resguardos e rituais conduzidos pelos antigos mestres e foi preparada no *Crahrè*⁸, um objeto ritual próprio para aprendizes de *honcrepoj* - cantoras profissionais (ALDÉ, 2013). Quando se casou aos doze anos de idade, *Prumkwyj* deixou de usar o *Crahrè* pois a partir daquele momento assumiria outros papéis no *socius* da aldeia. Mas mesmo não tendo seguido o caminho completo para se tornar cantora, nunca deixou de participar ativamente das cantorias no pátio e se orgulha de manter esses saberes. Ela nos conta, em 2021:

Então, quando me casei parei de levar *Crahrè*, mas eu cantava sempre; quando meu *ipiem* (marido) tava vivo, quando eles cantavam me levava pro pátio, ficava lá pra quando eu acabasse de cantar. Daí nós ia pra casa dormir; mas de madrugada eu tinha que voltar, eu ficava pensando no meu *Crahrè*, às vezes a gente fica com saudades, mas eles pegam e penduram num lugarzinho que não pode ficar pegando.

Ao se casar com Sabino *Coiampro*, *Prumkwyj*, não ganhou apenas um marido mais velho e experiente, mas um extraordinário professor que, segundo ela, tinha uma cabeça de ouro. *Prum* era curiosa demais e aprendia rápido, sempre teve essa natureza alegre e comunicativa. Junto ao marido, foi entrando em contato com a educação formal, a educação escolar indígena, implantada nas aldeias Krahô a partir da década de 1990 por meio das escolas indígenas nas aldeias. Essa educação territorializada passou também a acompanhar os vários projetos que chegavam até eles. Aos 17 anos, teve sua primeira filha e depois mais duas meninas. Mesmo com três filhas para criar, *Prum* seguiu estudando e se envolvendo com as questões sócio-políticas internas e externas do seu povo, enfrentou toda sorte de conflitos, mas não recuou. Seu movimento de expansão de dentro para fora a levou longe e lhe permitiu uma compreensão importante de como funciona o mundo dos *Cupê* (não-indígenas ou brancos).

⁸ De acordo com Ladeira (2012, p. 92), é um tipo de colar de tucum ou algodão acrescido de um pente, constitui um adorno feminino usado somente por jovens ainda sem filhos e associadas aos grandes rituais.

Prum foi a primeira mulher Krahô a se formar em uma universidade e seguir seus estudos até o mestrado. Por isso, lembra que foi muito criticada internamente, pois uma mulher indígena aprendendo a língua portuguesa não era muito bem-vista, há quinze anos. Os homens Krahô falavam que ela poderia deixar de ser *Mehĩ* e ainda levar outras mulheres para o caminho errado. Mesmo após construir essa trajetória, levando o corpo-território indígena para transitar por vários espaços, após ter vivido isso tudo, *Prum* afirma que nunca mudou seu jeito de ser mulher guerreira no meio dos homens, sempre lutando para melhorar a vida da comunidade e dos Timbira do Tocantins e do Maranhão.

A ideia de corpo-território está na base dos movimentos das mulheres indígenas, de acordo com Castilho e Guimarães (2021), desde o 1º Fórum das Mulheres Indígenas, realizado em agosto de 2019, que contou com a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. Este evento encerrou-se com um documento final, onde os territórios e corpos dessas mulheres surgem como uno, relacionando-os como integrados, assim, a mulher indígena é seu território e o território é a mulher indígena, onde um estiver o outro estará.

Desde muito cedo, *Prumkwyj* viu que não seria fácil lidar com os não-indígenas, pessoas sem escuta e, por isso, sem educação. Para ela, parece que falta aos *Cupê* (não-indígenas) a qualidade de “*Iapacre*”, ou seja, de boa escuta e boa inteligência simultaneamente. Apesar de todo o esforço que ela e seu povo faziam para aprender o português e decodificar leis e burocracias, a reciprocidade praticamente não existia. Assim, foram poucos os *Cupê* que de fato se interessaram em saber mais e se empenharam numa certa auto repaginação para tecer um diálogo intercultural mais horizontal. Talvez como reflexo desse tratamento rude, *Prumkwyj* costuma ter fama de ser muito brava nas reuniões e embates junto aos *Cupê*. E, ao mesmo tempo, é interessante observar como ela se volta para as mulheres não-indígenas, buscando elos de aliança e reciprocidade.



Na década de 1990, *Prumkwyj* e *Coiampro* integraram a equipe que fundou o Centro Timbira de Ensino e Pesquisa *Pënxwyj Hëmpejxà*, um importante espaço do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) sediado na cidade de Carolina, ao norte da Terra Indígena Kraholândia. Ali ela vivenciou as primeiras iniciativas de auto pesquisa entre os Timbira, quando reuniam professores e anciãos de vários desses povos, que atuavam junto ao CTI para registrar e debater suas cosmologias. Na sequência, seguiu para o magistério indígena se envolvendo nas constantes mobilizações pela melhoria da educação indígena no estado do Tocantins. E, em 2008, foi aprovada em concurso público como professora indígena daquele estado. Ingressou na Licenciatura Intercultural pela Universidade Federal de Goiás (UFG) em 2009, onde se formou e, logo em seguida, entrou na Especialização em Educação. A defesa de seu Trabalho Final de Curso foi realizada na aldeia Nova com a presença de seus professores e testemunho da comunidade. Seguiu a luta e os sonhos por uma outra educação.

Desde 1994 trabalho com educação junto ao meu povo. Quero construir uma escola do jeito do povo Krahô, quer dizer, com cara Timbira. Nossa educação é diferenciada, mas na prática isso nunca aconteceu. Como professora, acredito que a escola poderia se adequar e ter o aprendizado dos *Cupê*, que precisamos conhecer para lutarmos por nossos direitos e contra outros massacres, mas precisamos ser respeitados na nossa educação, que acontece quando se vivem os resguardos, quando se está no mato com os velhos e velhas (KRAHÔ, 2017a, p. 6).

Palavras-Flecha: a voz da mulher indígena

Em 2015, Creuza *Prumkwyj* iniciou o Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (Mespt) da Universidade de Brasília (UnB), onde defenderia a dissertação intitulada “*Wato ne hômpu ne kãmpa: Convivo, vejo e ouço a vida Mehĩ (Măkrarè)*”. Sua pesquisa é uma etnografia dos processos formativos *Mehĩ* baseados nos resguardos e como esses se fragilizam em meio à colonização imposta na educação escolar indígena. Foca especialmente na importância dos vários resguardos que os *Mehĩ* passam ao longo da vida e que são saberes prioritariamente de domínio



das mulheres. Sua dissertação utilizou uma técnica chamada foto-voz para elaboração do texto, por meio da qual *Prumkwyj* pôde reunir fotografias e oralidade para ir explicando e comentando o assunto-tema do trabalho a partir de um conjunto de fotos feitas durante a pesquisa. Depois das fotos feitas, *Prum* e sua orientadora Sílvia Guimarães (uma das autoras desse artigo) ergueram de forma colaborativa a escrita com um resultado em que se lê o texto “escutando” a voz da *Prum*. Essa metodologia visa reconhecer e potencializar as impressionantes habilidades de autores oriundos de culturas orais. O trabalho em questão é inédito por ser a primeira dissertação de mestrado de um Krahô, por trazer uma pesquisa realizada a partir do próprio núcleo familiar e por destacar a perspectiva das mulheres *Mehĩ* sobre os conhecimentos femininos ligados à saúde e aos ciclos de vida do povo Krahô, do nascimento à morte. Em seu trabalho *Prum* faz uma dura crítica aos antropólogos e antropólogas que chegam até os Krahô e ignoram as mulheres e seus saberes, procurando e escrevendo somente com os conhecimentos dos homens.

As mulheres sabem muitas coisas, passam o dia inteiro fazendo enfeite para os caçadores, porque eles não podem andar sem enfeite. Se andarem sem enfeite, não matam nada. Aprendemos assim: sabemos fazer desenho no corpo, pintar, cortar o cabelo do jeito Krahô. Só quem corta o cabelo das pessoas é a mulher mais velha que não menstrua mais, uma mulher nova não pode cortar o cabelo de ninguém (KRAHÔ, 2017a, p. 2).

Sua dissertação vem sendo lida por alunos de várias universidades com muito interesse por ser uma singular contribuição no campo das Ciências Humanas, especialmente da Antropologia. *Prumkwyj* também vem participando como autora (KRAHÔ, 2017a; 2017b; MORIM LIMA, KRAHÔ e ALDÉ, 2020; ALDÉ, KRAHÔ, KRAHÔ e HERBETTA, 2023), palestrante e conferencista de eventos em instituições de ensino e pesquisa como UFG, UnB, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de São Paulo (USP), PUC Goiás, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), dentre outras. Seu trabalho se soma a uma leva inédita de produções acadêmicas e literárias de autoria indígena, resultado principalmente das



licenciaturas interculturais e das pós-graduações que têm contribuído para ampliar a noção de que outros mundos existem e precisam ser enxergados e respeitados.

Para *Prumkwyj*, esse caminho acadêmico não foi nada fácil de se trilhar e sempre que possível, ela faz questão de registrar o quanto foi sofrido sair da aldeia e encarar a cidade grande e seus infinitos desafios. Como mulher indígena, em seu corpo-território, teve que renunciar a muitas coisas para seguir os estudos dos *Cupê*, dormir e se alimentar de forma muito distinta. Mas era uma oportunidade que não poderia ser desperdiçada, era um espaço novo, secularmente negado para indígenas que estava se abrindo por meio das cotas para indígenas nas universidades públicas brasileiras. Estava em locais de debate, na disputa por fazer se ouvir. Ingressar no ensino superior e aprender a usar o papel, as leis e as lógicas *Cupê* para a defesa coletiva configuravam-se na melhor estratégia naquele momento e justificava todo o esforço. Mesmo assim, em alguns momentos, desabafava lamentando o dia em que aprendeu a ler e escrever. Talvez se tivesse permanecido na liberdade e vitalidade do *Krĩ* (aldeia) teria sido mais feliz, pondera.

Ao interagir com *Prum*, nos marcou profundamente a memória acionada por ela que conecta três gerações de mulheres sobre o extermínio que seu povo viveu e mostra a potência da resistência das mulheres. Toda mulher indígena carrega tragédias e assassinatos de parentes em sua biografia. Essa é uma profunda tristeza em nosso país, por isso, a voz de uma mulher indígena em qualquer espaço do mundo *Cupê* é potencialmente uma flecha guerreira apontando as violações de direitos. Foram essas mesmas palavras que Davi Kopenawa desenhou na “pele de papel” de cada um dos autógrafos que deu para os *Cupê* por ocasião do lançamento de seu livro *A Queda do Céu*, em Goiânia, no ano de 2018, quando escreveu: “(...) flecha para tocar coração da sociedade não-indígena”. Em uma entrevista para o site Amazônia Real, em maio de 2023, Davi Kopenawa comentou sobre a potência da palavra como flecha:

Eu falo com as pessoas em grupos grandes e grupos pequenos. Converso com elas, falo a respeito da nossa sobrevivência na Terra. O pessoal escuta, mas a fala da gente não vai tão longe, por isso pensei no arco e flecha. A gente estica e solta para ir mais longe, para tocar o coração, para olhar e escutar. Se a flecha não toca, não se olha nem se escuta. Por isso eu escolhi a palavra como flecha, para falar com o não indígena. Se eu falasse apenas pela boca: destruidor, não pode derrubar essa árvore não! Ele escutaria, mas não iria acreditar. Tem que falar bem forte para ele sentir quem é que está falando para ele. Assim que eu escolho a palavra para usar como flecha. O livro *A Queda do Céu* está na cabeceira do caminho (CARNEVALE, 2023).

Em *Prum*, vemos suas falas intensas sempre como momentos de protesto. São potentes e articuladas, e chamam a atenção dos *Cupê*, trazem denúncias e pedidos de socorro do seu povo. Ela sabe, assim como outras grandes lideranças indígenas, que nenhuma oportunidade pode ser desperdiçada. Foram espaços abertos no facão e na enxada, direitos arduamente conquistados e consagrados na Constituição Federal. A fala de uma liderança indígena no mundo *Cupê* dá voz a todas as vidas que estão no território, invariavelmente sob pressão.

Nesse sentido, vêm à nossa mente três ocasiões, quando *Prum* atuou na defesa das perspectivas indígenas e defesa de direitos, de forma firme e altiva. Em duas dessas ocasiões, presenciadas por Verônica Aldé (uma das autoras deste artigo), sua postura marcou quem esteve presente. Certa vez *Prumkwyj* e alguns outros professores Krahô que estavam em Goiânia foram participar de uma roda de conversa com estudantes do curso do Serviço Social da PUC Goiás, após a intervenção racista e preconceituosa de uma estudante ao dizer que tinha “medo dos índios”, *Prum* pediu a palavra e falou sobre o trágico episódio do massacre sofrido pelo seu povo na década de 1940, para que os *Cupê* daquela sala se colocassem, pelo menos um pouco, na pele dos indígenas. *Prumkwyj* contou que a sua avó, Francelina *Wymkwyj*, era uma menina nova quando aconteceu o massacre onde o pai (bisavô de *Prum*) e muitos de seus parentes foram assassinados. A história desse massacre se deu quando o povo da aldeia dos antepassados de *Prum* foram cercados em um dia de comemoração e vários pistoleiros avançaram sobre o grupo desferindo tiros e cortando as pessoas com facões. Eles foram

pegos de surpresa e muitos foram mortos. Os sobreviventes tiveram que fugir durante meses pelo Cerrado adentro em busca de lugares seguros. O que essa criança vivenciou foi tão traumático que, até hoje, oitenta anos depois, quando algum *Cupê* vai até a sua aldeia, a pequena anciã faz questão de se esconder para não ter que entrar em contato com essas perigosas criaturas. Nesse momento, muitos estudantes ficaram cabisbaixos e em alguns deles as lágrimas escorreram pelo rosto. Ouviram o reverso da “história única” (CHIMAMANDA, 2009), pois havia sido apresentado ali, diante deles, uma voz legítima vinda de um outro mundo tão desconhecido e marginalizado até por eles, estudantes do ensino superior.

Em outra ocasião, em 2015 no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, participando de algumas atividades, *Prumkwyj*, muito séria, pediu para que o diretor do Museu a acompanhasse até a parte externa do prédio e diante da escultura do busto do General Cândido Rondon, feito em bronze e colocada sobre um pedestal de concreto com uma grande cabeça de mulher indígena esculpida. Ela disse: “Nós não podemos aceitar um *Cupê* em cima de uma mulher *Mehĩ*, como que pisando nas nossas cabeças. Como liderança eu vou pedir pra vocês trocarem, e da próxima vez que eu vier aqui quero ver a *Mehĩ* no alto, sem ninguém pisando nela. Nós queremos respeito”.

A terceira ocasião ocorreu no ano de 2021, ainda vivenciando a pandemia da Covid-19, quando vários *Mehĩ* da rede próxima de *Prum* estavam adoecidos, ela havia escrito uma carta para a *Sesai* e o MPF conjuntamente conosco, as três autoras, e fez um áudio solicitando que Sílvia Guimarães, levasse essa carta até a *Sesai* em Brasília:

Essa carta é para entregar aí, em Brasília, na *Sesai*. Tô com tanta gente doente, a mãe dessa criança está no hospital e minha filha está com ela, então, essa carta eu vou mandar (...), eu estou mandando pro Ministério Público porque eu não estou aguentando e eu estou te mandando porque se você estiver lá, indo na saúde (*Sesai*), você vai falar ou mandar pras pessoa que você conhece porque oh, a saúde não está acontecendo e ela está com duas semana porque ela está sofrendo e eu estou e estou com o neném dela aqui que também está passando mal, né? Mas está doente, eu estou doente

e estamos todos assim, doentes. Todos passando mal, estamos todos assim, passando muito mal (Áudio encaminhado por *Prum* em novembro de 2021).

A carta produzida por *Prum* com a rede de mulheres do seu povo, na comunidade dela e que contou com o apoio de uma das autoras, Welitânia Rocha, inicia-se dessa forma:

Por meio desta, gostaríamos de reivindicar um cuidado mais atento e efetivo com relação à saúde das mulheres Krahô. Em várias aldeias na Terra Indígena Krahô, mulheres de todas as idades vêm padecendo de doenças que muitas vezes as têm levado à morte. Os casos de diabetes, pressão alta e doenças das mulheres têm aumentado cada vez mais. Temos tido também mais intercorrências em partos, como casos de eclampsia dentre outras dificuldades. Não podemos ficar paradas (...) (Carta de 20 de setembro de 2021).

Ao levar a carta à Sesai, as gestoras acionaram o Distrito Sanitário Especial Indígena e foi feita a cirurgia na mulher à qual *Prum* se referia. Ela estava com uma pedra na vesícula, com muitas dores e correndo risco de uma infecção generalizada. *Prum* nos surpreende com sua força e com as alianças que estabelece, visando a vida plena de todas e todos. Em um relato que forneceu para um curso de formação de lideranças da Rede Cerrado, em maio de 2024, presenciado por Sílvia Guimarães, *Prum* reafirma seu compromisso com o coletivo:

E esse momento assim eu falo mais do território, mais do território nosso que tá com problema, o território. Kraolândia, terra indígena Krahô, nós convivemos dentro dessa terra, essa área para nós, esses territórios, ele é o nosso resguardo da saúde. Ele é nosso resguardo da alimentação, sem veneno. Esse território nosso guarda nossos resguardos, nosso corpo e, assim, eu tô falando em termos de nós mulheres, seres vivos Krahô, nesse território. Eu não sei falar só eu, só de mim, mesmo tendo nascido sozinha e eu vou morrer sozinho, mas eu convivo no meio do povo, convivo no meio da multidão Krahô, dos velhos, crianças, de jovens e adultos. Eu não sei falar assim só eu, só eu essa pessoa que já sofreu tanto para hoje tá falando essa língua, segunda língua, a portuguesa, né? Que para mim assim, eu gostaria de - eu não tô vendo mas eu sinto que eu preciso - falar sobre o meu território. A minha convivência, minha água limpa, o meu Cerrado em pé então. É uma coisa assim, que hoje nós estamos convivendo uma vida muito diferente.

Pelo direito de existir e viver

Depois que ficou viúva em 2010, *Prumkwyj* perdeu o chão, passou alguns meses em Goiatins. Já não aguentava ficar na cidade, mas ao mesmo tempo não queria voltar para a aldeia Nova. Ela tentou trabalhar na aldeia Bacuri, mas também não deu certo, pois é complicado ser uma mulher sozinha em outras comunidades, logo vira motivo de ciúmes e fofocas. Foi um período muito difícil e incerto. Por não estar em sala de aula, o estado ficou vários anos sem lhe pagar o salário. Nesse ínterim, apareceu a oportunidade de fazer o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (Mespt), na Universidade de Brasília. Esse momento foi importante para *Prum* compartilhar estudos, análises e discussões com outros povos indígenas e pessoas de outras comunidades tradicionais. Entrou em contato com outras realidades, conviveu com colegas indígenas de outras etnias e quilombolas. Debateu questões até então distantes de sua realidade, novos horizontes se abriram.

Quando retornou do mestrado, veio decidida a fundar a sua própria aldeia. Ela e o seu núcleo familiar precisavam de um novo espaço onde pudessem reconstruir a vida. Em 17 de janeiro de 2018, fundou a aldeia Sol, localizada a 39 km de Goiatins, perto do rio Vermelho. *Prum* se tornou cacica de sua comunidade, seguindo os passos de outras guerreiras indígenas parentas do povo Panhi Apinajé (ROCHA et. al. 2017). Apesar da abundância típica de suas águas, frutas e caça, o Cerrado também sabe ser árido e exigente, e ele foi duro nesse novo começo. Ter dois genros *Cupê* com certeza foi um complicador em vários sentidos. Mas apesar das adversidades, foram erguidas com folhas de babaçu e buriti as primeiras casas simetricamente equidistantes ao *Cà* (pátio central) que iam delineando a aldeia no formato de *Pyt* (Sol). Pouco a pouco, foram chegando outras famílias de parentes. Atualmente vivem na aldeia aproximadamente 60 moradores, entre adultos, jovens e crianças.

Desde que fundou a aldeia Sol, *Prumkwyj* vem solicitando que o Estado implemente uma escola que atenda à demanda de sua comunidade e onde possa exercer seu cargo



de professora concursada. Mas só agora, seis anos depois, em maio de 2024, seu pedido está sendo atendido. No governo anterior de extrema-direita (2019-2022), tudo se complicou. Com uma gestão declaradamente anti-indígena, Jair Bolsonaro causou um verdadeiro desmonte de órgãos como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), a SESAI, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), afetando diretamente esses povos. A militarização da FUNAI, a perseguição de servidores e os cortes orçamentários agravaram ainda mais a segurança de quem já se encontrava em situação de vulnerabilidade. A instabilidade do sistema em atender as políticas públicas básicas muito rapidamente produziu sofrimento e morte nas pontas e periferias do país.

Nesse cenário de precariedade e crescentes ataques aos povos indígenas, chegou no início de 2020 a pandemia de Covid-19, levando à morte e adoecimentos, e afetando a vida de dezenas de povos indígenas em todo o Brasil. Os Krahô atravessaram a doença – na época, ainda sem acesso à vacina – sem nenhuma morte, mas com muitos adoecimentos. Apesar das mobilizações com campanhas e barreiras nos acessos às aldeias, o vírus chegou na área e praticamente todos se contaminaram. De acordo com eles, conseguiram superar os adoecimentos sem óbitos devido à imunidade promovida pelas rezas e medicinas tradicionais que passaram a usar desde que souberam da aproximação da nova epidemia. Verônica Aldé ouviu em mais de uma aldeia Krahô que os *Wajaka* (Pajés) previram o que iria acontecer bem antes dos jornais e mídias sociais. Durante o tempo da pandemia e os impedimentos decorrentes de regras básicas adotadas pelo SUS - como o afastamento social - a realização de muitos rituais que precisariam necessariamente acontecer para não desequilibrar a cosmopolítica interna foram inviabilizados, conforme nos explica *Prum*, em 2021:

Nesses tempos da pandemia não teve cantoria, não teve música, não teve cantor, tá todo mundo perdido; mas agora nós vamos fazer *Amjekin*, porque



ninguém tá doente mesmo, graças a Deus tá todo mundo bem, tá todo mundo tranquilo, vamos trazer o *Amjekin* de volta para ver se a doença vai mais pra longe, que não deu conta de nós, nós somos mais fortes que ela.

A política anti-indígena adotada aproveitou do contexto de adoecimento geral dessas populações para enfraquecer também os serviços que atuavam garantindo os direitos dos povos indígenas. Não demorou para os *Mehĩ* começarem a sentir os efeitos perversos dessa desassistência no campo da saúde, muitos adoecimentos se avolumaram nas comunidades. A sensação de morte tomou conta do território, especialmente no universo das mulheres *Mehĩ*.

As grandes preocupações que Prum acumulava pioravam os efeitos do adoecimento pela diabetes no seu corpo. Por diversas vezes teve que recorrer à emergência do Hospital de Goiatins passando mal e com a glicemia muito elevada, sem que fosse encaminhada para um tratamento apropriado. Não era só ela que padecia com a piora da saúde indígena no território, muitas pessoas do seu povo passaram a apresentar doenças antes raras como hipertensão, câncer e diabetes. Mesmo adoecida, no período de 2018 a 2022, Prumkwj protocolou mais de 10 documentos no Ministério Público de Araguaína solicitando urgência na melhoria da assistência nos serviços de saúde indígena principalmente para as mulheres Krahô.

Durante a 2ª Marcha de Mulheres Indígenas, realizada em setembro de 2021, as três autoras se encontraram com *Prum* e uma comitiva Krahô em Brasília. O clima era tenso e triste, o governo Bolsonaro não dava nem um minuto de trégua. Vivíamos um pesadelo no país que já tinha mais de 600 mil mortes e 33 milhões de pessoas passando fome. Tudo estava especialmente difícil para os povos indígenas. O país havia perdido muitas pessoas para a Covid-19 e os ataques à democracia, aos territórios e aos direitos indígenas não cessavam, todos estavam esgotados com aquele panorama. *Prum* estava abatida com a glicemia alta e algo precisava ser feito. Ali mesmo elaboramos mais uma carta denunciando desta vez a situação específica de sua saúde e pedindo ajuda para o

caso, colegas e professores de diversas universidades assinaram e divulgaram a carta, que acabou alcançando uma rede de mulheres pesquisadoras de onde chegou o socorro. Sensibilizadas com o drama da colega-pesquisadora-indígena conseguiram vinculá-la ao Hospital das Clínicas de Goiânia onde passou a ter um acurado e contínuo tratamento que em pouco tempo estabilizou seu delicado quadro.

Em janeiro de 2022, *Prum* organiza, com o apoio de Welitânia Rocha, o I Encontro de Mulheres Indígenas Krahô, entre os dias 14 a 17 de janeiro de 2022, na Terra Indígena Krahólândia, na aldeia Sol, quando discutiram sobre os problemas relativos à saúde das mulheres *Mehĩ*. Era necessário se rebelar para tentar garantir a vida daquelas mulheres. Dentre os assuntos abordados destacam-se: a falta de polos de apoio (postos de saúde) na maioria das aldeias da Terra Indígena Krahólândia, inclusive na aldeia Sol; a ausência de médicos especializados para o tratamento de doenças como: diabetes, hipertensão, gastrite nervosa, depressão e doenças ginecológicas; ausência de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e também de profissionais da cultura tradicional *Mehĩ*, pajés e parteiras, que trabalhem de forma colaborativa com a medicina ocidental, pois para os *Mehĩ*, esses agentes e seus métodos de cura são centrais para o cuidado do povo Krahô e marca os princípios da interculturalidade nos serviços. O Pajé (*Wajaka*) é o médico da cultura *Mehĩ*, e dependendo da situação do paciente deverá acompanhar o tratamento mesmo fora do território, no hospital ou casa de apoio. Esse diálogo entre ciências distintas ainda está muito defasado no campo das políticas públicas de saúde entre os Krahô.

É sabido que na gestão do governo Bolsonaro, houve uma subnotificação dos dados relativos às mortes e adoecimentos em comunidades indígenas, o que levou a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) a fazer um levantamento dos dados relativos aos povos indígenas. Essa subnotificação foi reforçada com ações de fragilização dos serviços de saúde nos territórios indígenas, que surgiram como uma estratégia de aniquilar os povos indígenas conjuntamente com ações que fragilizaram à

Funai, órgão que deveria proteger os territórios, mas que acabou por deixá-los “abertos”, facilitando o acesso de invasores (DIAS e GUIMARÃES, 2020). No caso dos Yanomami, suas ações são sentidas até hoje - as mentiras e equívocos impostos no tratamento com cloroquina, negando as vacinas, somado à fragilização dos serviços de saúde e o apoio aos garimpeiros – e promoveram centenas de mortes que, ainda, acontecem (GUIMARÃES, 2021). No caso dos Krahô, mesmo com a subnotificação de dados, é possível ver nos dados fornecidos pela Sesai, em 2023, um crescimento exponencial de adoecimentos no Distrito Sanitário Especial Indígena de Tocantins (Dsei-TO), onde eles são assistidos. Nesse Dsei, o número de casos de morbidades, em 2017, contava com 123 pessoas, sendo a maioria dos casos de doenças respiratórias com um total de 59 pessoas; e, em 2022, havia 766 casos de morbidades, sendo que os casos de doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas somavam 237. E o maior número concentra-se em morbidades definidas como “códigos para propósitos especiais”, que significa “de etiologias incertas”, com 372, revelando a ausência de profissionais que poderiam fazer esses diagnósticos, de acordo com dados fornecidos pela Lei de Acesso à Informação.

As mulheres Krahô reunidas no I Encontro, em 2022, organizado por *Prum*, com apoio de Welitânia Rocha, escreveram uma carta reivindicando uma:

(...) assistência à saúde indígena que observe as especificidades da vida das mulheres Krahô, os resguardos, as formas de agir, acompanhadas das dificuldades de compreender o português, por essa ser sua segunda língua, e por terem receio de falar de problemas da saúde femininos quando são atendidas por médicos homens. Devido a vergonha e timidez de muitas mulheres Krahô, jovens perderam a vida. Por estes motivos, solicitamos que a equipe médica seja composta em sua maioria de pessoas do sexo feminino, e que as profissionais tenham respeito e cuidado ao transmitir os conceitos médicos, tornando o diálogo com os pacientes em uma conversa mais popular, com uma linguagem que se aproxime da realidade das mulheres Krahô. Também que busquem lideranças mulheres nas comunidades para que este diálogo ocorra de forma mais humanizada como quer as diretrizes da política de saúde indígena.

Precisamos valorizar as vozes das mulheres Krahô, é urgente e necessário que se incorpore nos atendimentos um diálogo com os conhecimentos e as necessidades das mulheres *Mehĩ*. Para tanto, é preciso ainda que mobilizem

palestras para ampliar a discussão sobre a saúde das mulheres Krahô no território, incentivar os cuidados e, também, a realização de exames. Essas ações precisam ser acompanhadas pelas lideranças e agentes indígenas de saúde. É importante investir na formação de agentes indígenas de saúde homens e mulheres *Mehĩ*. Frisamos, que os exames feitos precisam retornar às pacientes com os diagnósticos e esse retorno precisa estar baseado em uma conversa atenta e humanizada, e devem seguir os encaminhamentos para a realização do tratamento. Ademais, precisamos que os medicamentos sejam entregues e acompanhados com atenção e com direcionamento correto de acordo com cada paciente. Sofremos muito com a falta de acompanhamento para as gestantes, ausência de pré-natal e, também, de consultas e avaliações, dificuldades na hora do parto, falta de comunicação com o polo base na cidade.

Denunciamos, também, através deste documento a aplicação de anticoncepcionais de forma indevida por parte de técnicos de enfermagem. Além disso, queremos reforçar que precisamos de profissionais qualificados e que saibam trabalhar com as *Mehĩ*. A educação permanente em saúde com profissionais de saúde é fundamental para consolidar serviços de saúde eficazes, dignos e respeitosos. Neste sentido, denunciamos a forma agressiva e desrespeitosa que os profissionais e motoristas do estado estão tratando o povo Krahô, tivemos vários relatos de pessoas sendo deixadas nas estradas e, também, de tratamentos indevidos, agressivos e com desrespeito à cultura das *Mehĩ*.

É importante reforçarmos a responsabilidade do órgão de assistência à saúde indígena com os deslocamentos e acompanhamentos de pacientes em situações que exigem tratamentos especializados. Muitas vezes, esses tratamentos precisam ser encaminhados aos grandes centros (cidades maiores, ou até mesmo outros estados), tendo em vista que nas cidades próximas (Goiatins e Itacajá) não possuem especialistas ou estrutura hospitalar para o atendimento adequado. É fundamental que criem uma dinâmica para acompanhar pacientes em outros estados, precisamos que as Casas de Saúde Indígena em outros estados sejam acionadas para nos receber e que possamos adentrar com dignidade a rede do SUS. Ainda sobre o atendimento na cidade, é necessária uma vistoria em relação a alimentação, tivemos vários relatos sobre comidas estragadas, inclusive com varejeiras. Além disso, tivemos vários casos de tratamentos e procedimentos que foram interrompidos de forma abrupta, nesses casos as pacientes, por vezes, concluíram o procedimento, mas não tiveram nem uma hora sequer de repouso, ou um acompanhamento para liberação com cautela e direcionamento do tratamento em casa. O que ocorre são atendimentos apressados, e com liberação sem orientação e cuidado com as pacientes.

Relatamos, ainda, que é necessário melhorar o tratamento para com as e os *Mehĩ*, seja no atendimento nas aldeias ou na cidade, tanto dos indígenas que moram na aldeia ou ainda aqueles que residem na cidade (Carta produzida em janeiro de 2022).

Esse movimento organizado é decorrente do aumento de adoecimentos que surgem nos últimos anos, afetando majoritariamente as mulheres e que, de acordo com *Prum*,

se evidenciam também nas falas das mulheres que se queixam de estarem menstruando direto e se sentindo mal. Isso tem acontecido com várias delas. Elas passam muito tempo com sangramento contínuo e acabam morrendo. Os médicos dos serviços de saúde indígena dizem que não há mais dinheiro para fazer os exames ou para comprar medicamentos. A própria *Prum* se sente fraca e com dores no corpo, mas foi quando sua irmã passou a ter os mesmos sintomas de outras mulheres e acabou falecendo que ela sentiu a necessidade de mobilizar uma rede de apoio com professoras e colegas que encontrou no seu percurso de estudo nas cidades grandes. Com essa rede de mobilização, *Prum* reuniu forças para salvar as vidas de suas irmãs e parentas.

Prum brada em sua mobilização que muitas mulheres *Mehĩ* estão morrendo, assim, relata ter visto mulheres morrerem por causa de cisto no útero sem terem tido qualquer tratamento adequado. Ela acredita que várias dessas doenças de *caprô* (sangramento) poderiam ser curadas ou controladas. Nas aldeias, os profissionais de saúde passam remédios como ibuprofeno, paracetamol e dipirona para passar a dor da mulher, mas esses remédios não curam a origem das doenças de *caprô*. *Prum* acredita ser importante reunir as mulheres *Mehĩ* para ter mais força e fazer um documento para o Ministério Público. Afirma que esperou por muito tempo para os caciques reagirem. Ela própria afirma que já teve esse problema e já retirou seu útero e não morreu. Fez o chamado para outras mulheres *Mehĩ*, em 2021, quando falou sobre isso no encontro de mulheres que organizou, presenciado por Welitânia Rocha, que documentou sua fala:

Nós temos que lutar pela nossa vida, talvez muitas mulheres não teriam morrido, muitas mulheres passam meses e meses com *caprô*, vão ficando amarelas, o que nós podemos fazer? A gente tem alguns caminhos para entrar, a gente tem que entender quem são as mulheres que estão pedindo socorro, que estão morrendo antes da hora; pra não deixar neto sozinho, como a *Krokwyj*, que não era muito velha e deixou muito netos; quem vai dar conselho para esses netos? quem vai mostrar o caminho para esses netos, quem vai falar sobre o passado das coisas pra esses netos? Se melhorar a saúde pode ajudar essas mulheres a viverem pra contar tudo isso.

E no mesmo encontro de mulheres, Soleana Krahô disse:

Muitas mulheres mesmo mais novas estão tendo esse problema do *caprô* que não para, estamos muito preocupadas. Os remédios nativos não estão curando essas mulheres que estão tendo menstruação direto. Em todas as aldeias está acontecendo isso, vamos juntas, unidas, entrar dentro do Ministério da Saúde. Essas meninas novas também precisam ser bem cuidadas, tem muitas com esse problema, acho que o alimento dos antepassados era diferente, era só comida da roça e esses novos agora comem só produto do *Cupê*, minha preocupação é essa. Eu sou agente de saúde da Cachoeira.

A luta das mulheres indígenas no nosso país é mesmo sem fim. *Prumkwyj* com coragem segue firme com suas batalhas: segue realizando seu tratamento em Goiânia e pressionando o Dsei pela melhoria dos serviços para que outras mulheres também possam receber um tratamento digno com todos os recursos disponíveis; segue denunciando as várias discriminações pelas quais seu povo passa cotidianamente; segue esclarecendo e incentivando a organização das mulheres Krahô para que exijam sempre seus direitos - algumas jovens lideranças começam a despontar e assumir responsabilidades, dentre elas suas três filhas Letícia *Jôkàhwyj*, Leila *Joxakwyj*, e Lillyane *Ahkrākwyj* Kraho. O martírio de ter que trabalhar 40 horas semanais para os *Cupê* na cidade parece ter chegado ao fim. Finalmente a escola está chegando na aldeia Sol e finalmente ela não precisará mais passar a semana inteira longe dos seus, sem poder repassar seus amplos conhecimentos sobre os dois mundos para as novas gerações.

Mixà Mākryt, a prima cantora da *Prum* (ALDÉ et. al, 2023), que também estava doente, não teve a mesma sorte, vivendo no território sem a devida assistência, não resistiu vindo a falecer aos 50 anos por complicações da diabetes, uma doença crônica que na maioria dos casos pode ser controlada. A admirada *honcrepoj* (cantora) *Mixà Mākryt*, que tanta alegria e conhecimento espalhou para seu povo, partiu deixando um silêncio triste no *Krĩ* (aldeia). A comunidade perdera uma mulher sábia e especialista na arte dos cantos, seus filhos ficaram sem a mãe e seus netos sem a avó, todos choram sua falta.

Prum se preocupa muito com os conhecimentos que se perdem quando uma biblioteca viva como *Mixà* parte. Ela mesma sabe que tem muito ainda para ensinar, faz planos e sonha em produzir materiais didáticos com as palavras que recebeu dos antigos. O ano de 2024 começa com muita esperança de que as coisas possam melhorar e de que, finalmente, a aldeia Sol brilhe mais, agora com sua cacica-professora presente, cantando e ensinando às novas gerações. *Prum* conta para nós, em 2022:

Então essas músicas, eu fico besta comigo, eu já aprendi muita coisa de *Mehĩ* e eu tô perdendo lá naquela biblioteca ficando lá presa com isso. Às vezes, eu me sinto mal, às vezes eu tô cantando sentada lá sozinha e eu me espanto, eu tô na área do *Cupê*, não tô dentro do meu território ou dentro do meu serviço, e me assusta às vezes, e começa a me dar uma crise, e às vezes eu fico pensando nessas histórias, nessas coisas. Uma hora eu adoecer, essas coisas que me derrubam em alguns momentos, e de repente eu me apagar, eu não vou ter mais isso, ninguém mais vai aproveitar lá no *Krĩ* (aldeia), nem os meninos vão saber de nada dessas histórias. Isso que vem às vezes e incomoda minha cabeça, eu fico triste e fico pensando, às vezes eu tenho vontade de ficar só escrevendo, ou só contando história, ou só cantando. Eu gosto de cantar as músicas pra não perder porque essa música conta como uma história do passado mesmo, ela não é renovada pra nós, não tem uma música que agora o *Krahô* vai renovar, não tem, as músicas são antigas, são históricas pra nós, são respeitadas aquelas músicas. Eu sou *Mehĩ*, eu canto, acho tão bonitas aquelas histórias, pra mim parece que eu queria ter uma coisa cantando e o desenho saindo pra mim estar vendo.

Para encerrarmos este artigo sobre a vida e resistência dessa mulher, *Prumkwyj*, que com seu corpo-território transita por diversos espaços, reúne diversas mulheres e organiza um movimento de resistência às violações que as mulheres indígenas *Mehĩ* estão sofrendo, deixaremos a informação sobre uma fala-canto feita por ela para o programa Música e Diversidade da Rádio UFRJ com o tema Som do Cerrado para que as leitoras e leitores acessem e ouçam na própria voz da *Prum*. A produção pediu que cada convidado mandasse um áudio com cerca de 10 minutos registrados no próprio celular. *Prum* precisava gravar e mandar logo porque, no dia seguinte bem cedo, estaria retornando para a aldeia onde ainda não dispunham de internet. Sua casa em Goiatins, onde se encontrava, estava cheia de netos e sobrinhos, naquele fervor da vida comunitária, seria impossível se concentrar e gravar, só havia uma forma de fazê-lo,

“levar todos para banhar no rio” que passa a dois quarteirões de sua casa e gravar ali mesmo. Era um fim de tarde, as crianças imediatamente estavam imersas em suas brincadeiras sem fim com o rio, a terra ali descansava e cantava, como já anunciou Ailton Krenak (ORTEGA, 2020). *Prum* se sentou sobre a esteira, respirou fundo e fez um depoimento muito tocante e crítico, como não poderia deixar de ser. E contou como os *Mehĩ* gostam de andar, cantar e se comunicar com o Cerrado dando vários exemplos de como planejam e vivem as duas grandes estações, a seca e a chuva, também questionou o jeito que os *Cupê* se portam sem nunca se deterem, sempre querendo mais e mais, sem observar o tempo e a natureza das coisas. No áudio, musicalmente falando, além do som de sua voz – que Hermeto Pascoal define como som da aura da pessoa – é possível ouvir os sons das crianças n’água, seus pulos, movimentos e alegrias, esse conjunto acústico soa como que encantado, esse registro captou não só ideias, mas todo o ambiente sonoro daquela realidade. Ao fim de seu depoimento *Prum* canta uma música e a comenta conforme trecho a seguir:

Essa música tá cantando sobre um passarinho que, às vezes, eles estão trabalhado e ele tá lá nos galhos de pau olhando pras pessoas, vendo o quê eles estão fazendo na roça; e sempre com os cuidados dos mais velhos, não pode tá cortando todas as madeiras, não pode estar cortando todos os paus que tem uns que é remédio, tem uns que é pra se curar então tem vários usos; por isso que a natureza e o Cerrado pra nós a gente preserva, porque lá tem raiz, lá tem folha, casca, tudo isso a gente precisa pra se cuidar, pra se cuidar da doença. Então, eu acho assim que o Cerrado, ele tem que ficar em pé, o Cerrado ele tem que ser conhecido pelo povo branco, ser conhecido pelas autoridades, conhecido para os fazendeiros não matar as árvores que tem, não fazer desmatamento porque a natureza também ela sofre, ela sofre muito a perda dos colegas, a perda dos amigos, não é só nós que somos amigos, as árvores também se conversam, as árvores também têm amigo, têm pai, têm mãe, têm filho, têm neto. Quando mata uma árvore os parentes ficam tristes, os parentes ficam muito fracos, a natureza fica triste, o Sol também fica muito triste e parece que os brancos não observam esses acontecimentos. Os passarinhos também vão procurar onde dorme, a casa deles é essas árvores, o lugar deles são essas árvores, onde eles comem, onde eles produzem, é essas árvores do Cerrado. E essas árvores do Cerrado elas têm que estar em pé, elas têm que tá vivo como nós, porque que os brancos estão acabando com isso, porque que o branco não observa isso, a ganância do branco é ter dinheiro, ter carro bom, apartamento bom; e esse apartamento não vem da natureza não vem do Cerrado, as árvores não vêm do Cerrado a teia não vem da Terra. Então, tudo isso o branco tem que

observar: vamos ver, vamos destruir menos, vamos fazer menos coisas. E é isso que eu tenho a falar, é isso que eu tenho a dizer (Creuza Prumkwyj para a Rádio UFRJ, Música e Diversidade, em 30 setembro de 2021).

Referências

- ADICHIE. C. N. **O Perigo da única história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALDÉ, V. **Sustentando o Cerrado na respiração do maracá**: conversas com os mestres Krahô. Dissertação. Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (Mespt). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- ALDÉ, V.; KRAHÔ, C.; KRAHÔ, G.; HERBETTA, A. *Juh Kra Kãm Cohtoj, Pãrkô Kãm Xa* Maracá na Mão, Cerrado de Pé: cantoria, aprendizagem e resistência no território Mehĩ(Krahô). Capítulo 21. In: BICALHO, P. S. S.; MOURA, M. O; KARAJÁ, V. (Org.). **Goiás +300: Reflexão e Resignificação, Povo Originários**. v. 6. Goiânia: Edições Goiás+300, 2023. p. 431-461.
- CARNEVALE, M. A. A palavra como flecha, Davi Kopenawa Yanomami (entrevista). **Amazônia Real**, 2023.
- CASTILHO, M. W. V. de; GUIMARÃES, S. Corpo político e crítica decolonial: a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. **PerCursos**, Florianópolis, v. 22, n. 48, 2021, p. 319–353.
- DIAS, B. N.; GUIMARÃES, S. Povos indígenas no Brasil e a pandemia da Covid-19. In: DUARTE, Aldira Guimarães; ÁVILA, Carlos Dominguez. (Org.). **A Covid-19 no Brasil**: ciência, inovação tecnológica e políticas públicas. Curitiba: CRV, v. 1, 2020, p. 257-270.
- KRAHÔ, Creuza Prumkwyj. Mulheres-cabaças. **Piseagrama**, Belo Horizonte, número 11, 2017a, p. 110-117.



- KRAHÔ, Creuza Prumkwyj. **Wato ne hômpu ne kãmpa**: Convivo, vejo e ouço a vida Mehĩ (Mãkrarè). Dissertação. Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (Mespt). Universidade de Brasília, Brasília, 2017b.
- GUIMARÃES, S. O povo indígena Sanõma/Yanomami e a trilha de adoecimentos na pandemia da Covid-19. **Espaço Ameríndio** (UFRGS), v. 15, 2021, p. 16-37.
- MORIM DE LIMA, A. G.; KRAHÔ, C. P., ALDÉ, V. Histórias e cantos do milho krahô: as muitas vozes do Cerrado. In: AMOROSO M. et al (Orgs.) **Vozes vegetais: diversidade, resistências e histórias das florestas**. São Paulo, Brasil; Marseille, França: Ubu; IRD, 2020, p.283-300.
- ORTEGA, A. Ailton Krenak – A terra pode nos deixar para trás e seguir seu caminho (entrevista). **Jornal da Universidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2020.
- ROCHA, W.; DEMARCHI, A.; GUIMARÃES, S. Mulheres Apinajé como lideranças políticas: outras formas de se fazer política no Estado brasileiro. In XAVIER, L.; ÁVILA, C.; Fonseca, V. (Org.). **A Qualidade da Democracia no Brasil: questões teóricas e metodológicas da pesquisa**, Curitiba: CRV, v. 3, 2018, p. 409-425.